



2ª COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA, TURISMO, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Debate Temático sobre Economia na Cidade e o Trabalho

Relatório e Recomendações

1ª Sessão - “A Economia na cidade e o trabalho - Diagnóstico da Situação na Cidade de Lisboa.”

11 Outubro 2016

Realizou-se no dia 11 de Outubro de 2016 a 1ª sessão do Debate Temático sobre a “A Economia na cidade e o trabalho”, nos termos e de acordo com o programa fixado pela Assembleia Municipal através da aprovação em 31 de Maio da Proposta 001/2ªCP/2016.

O debate foi moderado pelo 1º Secretário da mesa da AML, DM Rui Paulo Figueiredo, com o apoio do Presidente da 2ª Comissão Permanente da AML, DM Carlos da Silva Santos e o DM Romão Bатуca Lavadinho.

Foram relatoras as Deputadas Municipais Carla Madeira do PS e Luísa Aldim do CDS-PP.

Participaram do debate, na qualidade de oradores convidados:

- a) **Francisco Vala**, Coordenador do Gabinete das Estatísticas Territoriais do INE - Instituto Nacional de Estatística
- b) **Ana Elisa Santos**, Directora do Serviço de Emprego de Lisboa – IEFP
- c) **Libério Domingues**, Dirigente da CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
- d) **Carlos Alves**, Dirigente da UGT – União Geral dos Trabalhadores
- e) **Nuno Byscaia**, Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Jurídicos e Sócio Laborais da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa
- f) **José Castro Caldas**, investigador do CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
- g) **Duarte Cordeiro**, Vice-Presidente da CML – Câmara Municipal de Lisboa

O debate incluiu:

- A apresentação dos oradores convidados;
- A posição de uma entidade convidada;
- As posições das forças políticas representadas na Assembleia Municipal e do conjunto dos deputados municipais independentes.

Intervenções dos oradores convidados na 1ª Sessão - Diagnóstico da Situação na Cidade de Lisboa

- a) **Francisco Vala**, Coordenador do gabinete das Estatísticas Territoriais do INE; esta apresentação, em *PowerPoint*, fica anexada ao presente relatório como **Anexo I** e dele faz parte integrante.

Apresentou dados provenientes de diferentes fontes estatísticas realizadas no âmbito do sistema estatístico nacional e, portanto, a larga maioria desta informação está disponível, quer no portal do INE, quer nos anuários estatísticos regionais, em particular, no Anuário Estatístico da Região de Lisboa.

Começou, justamente, pela dinâmica populacional e referiu que o crescimento da população, quer em Portugal, quer na área Metropolitana foi positivo nas últimas duas décadas, tornando-se menos acentuado, na última década. Estes dados contrastam de forma significativa com aquilo que é o ritmo de crescimento da população em Lisboa, que é de decréscimo, apesar deste decréscimo na última década, ter-se atenuado.

A cidade tem uma população com 65, ou mais anos, em proporção elevada, claramente acima daquilo que se passa na Área Metropolitana de Lisboa, e acima daquilo que se passa no país, apesar disso, na última década, tornou-se menos acentuado. Do mesmo modo, pode verificar-se que o índice de renovação da população, em idade ativa tem vindo a diminuir.

Na dinâmica do emprego, mantendo a leitura com os dados censitários, aquilo que se verifica em Lisboa, entre 1991 e 2001, é que o emprego aumentou na cidade, aumentou na Área Metropolitana de Lisboa e aumentou em Portugal, aumentou de forma mais acentuada na Área Metropolitana de Lisboa e na última década, isto é, no período intercensitário, entre 2001 e 2011, o volume de emprego diminuiu, e diminuiu de forma transversal aos três contextos, e está, certamente, também, associado ao contexto de crise.

Entre 2001 e 2011, a proporção dos postos de trabalho ocupados por pessoas não residentes, isto é, pessoas que se movem todos os dias para vir trabalhar à cidade, tem vindo sucessivamente, a aumentar. Esta proporção era de 56,1, em 1991, passou para 63,5, em 2001, e para 64,7, em 2011.

A taxa de atividade na Área Metropolitana tem valores muito próximos daqueles que se registam, em Portugal, e a taxa de desemprego, o que temos é a evolução entre o primeiro trimestre de 2011, e o quarto trimestre de 2015, atingiu um valor máximo, durante este período, no primeiro trimestre de 2013, e foi de 19,5 na Área Metropolitana de Lisboa. No quarto trimestre de 2015, a taxa de desemprego na Área Metropolitana foi estimada em 12,5, ainda assim, acima do valor médio nacional.

Mantendo o contexto da Área Metropolitana, pois é fundamental para entendermos aquilo que se passa dentro da cidade, dizer que, em 2014, a Área Metropolitana apresentava o PIB per capita mais elevado das nossas regiões mais pequenas para efeitos de comparação com o Eurostat, e este valor, o valor do PIB per capita situava-se 37 pontos percentuais acima daquilo que é a média nacional, e 7 pontos percentuais acima da média da União Europeia, a 28 países. O PIB da área Metropolitana representava, no valor do país, 37%, e a uma aproximação à taxa de investimento, a relação é possível com os dados das contas regionais entre a formação bruta de capital fixo e o valor acrescentado bruto, era inferior à média do país na Área Metropolitana, que era de 16.8.

A proporção de população com ensino superior completo na Cidade de Lisboa é manifestamente superior àquilo que se passa na Área Metropolitana e no país, e o mesmo se passa com o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem.

b) **Ana Elisa Santos** (Directora do Serviço de Emprego de Lisboa – IEFP) - - Esta apresentação, em *PowerPoint*, fica anexada ao presente relatório como **Anexo II** e dele faz parte integrante.

É em Lisboa que se concentra o maior número de utentes inscritos no desemprego.

Começando com um mapa que nos dá uma breve caracterização do desemprego por tempo de inscrição e, ao mesmo tempo, por género, e como podemos verificar num total de 26141 inscritos, repartido entre a 50,6% de homens e 49,4% de mulheres. Observamos que 51,5% estão inscritos, há menos de um ano, e 48,5% há mais de doze meses, ou seja, desempregados de longa duração.

A situação na Cidade de Lisboa inverte a situação nacional e da própria região de Lisboa e Vale do Tejo. Efetivamente, na região de Lisboa e Vale do Tejo, temos menos homens e mais mulheres no desemprego porque, efetivamente, as mulheres são as mais vulneráveis, sujeitando-se, quando procuram emprego, a qualquer tipo de emprego, recorrendo, por vezes, a ofertas com baixos salários como é a ofertas de emprego nas áreas de serviços pessoais.

Noutro mapa com a caracterização do desemprego por situação face à procura de emprego, podemos observar, que temos 87,7% de desempregados à procura de novo emprego, e só 12,3% de desempregados à procura do primeiro emprego, o que perfaz 3217 pessoas.

Por grupo etário e género verifica-se que a estrutura do desemprego revela uma predominância na cidade de Lisboa de escalões etários elevados, em que o intervalo entre os 35 e 54 anos representa 46,9%, e com mais de 55 anos, 23,1% do total de desempregados.

Nas das habilitações literárias, verifica-se que cerca de 53,2% do total de desempregados inscritos, tem até ao 3º ciclo, o que demonstra um baixo nível de escolaridade do ficheiro de utentes, encontrando-se 22,7% com o secundário e 24,1% com ensino superior. No ensino superior, podemos ver que se verifica uma grande discrepância entre homens e mulheres, temos uma percentagem de mulheres com ensino superior de 59,4%, e de homens de 40,6%.

No que concerne a área dos serviços, observa-se que existem muito mais mulheres inscritas nesta área, que é a área da limpeza, os serviços pessoais, familiares. Temos, também, o comércio, a restauração e a hotelaria, e a área administrativa que, também, podemos verificar com muito mais mulheres inscritas. Onde se verifica mais homens inscritos é em motoristas.

As ofertas de emprego registadas por atividade económica prevalecem nas atividades de consultoria, de gestão informática, contabilidade, seguem-se, também, as empresas de trabalho temporário, ofertas de emprego na área da restauração, construção de edifícios, atividades de segurança privada, entre outras.

Numa abrangência final dos desempregados inscritos e abrangidos em algumas medidas de emprego e também de formação profissional, pode observar-se que existem 5281 desempregados abrangidos em estágios emprego, na aprendizagem existem 2039, cursos de aprendizagem são para jovens que têm o 9º ano e que depois saem com o 12º ano já com uma profissão. Existe a educação e formação de adultos que é dupla certificação, onde na educação estão abrangidos 1239, e a formação modular de 2201. A formação modular é um instrumento que constitui uma segunda oportunidade para os desempregados que estão inscritos, porque faz com que haja um ajustamento muito mais fidedigno das necessidades do mercado de trabalho e aumenta, também, a empregabilidade destes desempregados que estão inscritos no centro de emprego.

Para terminar, disse que existe uma necessidade de proceder a uma clara identificação das efetivas necessidades do mercado de emprego e das empresas que compõem o tecido empresarial da área de

intervenção, ou seja, na cidade de Lisboa, e onde precisam de um apoio claro de todas as autarquias e das empresas da cidade, para que o serviço público de emprego ofereça uns serviços que potencie a ativação dos desempregados.

c) **Libério Domingues** (Dirigente da CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional)

Saudou a temática escolhida e a associação que é feita entre a economia na cidade e o trabalho já que, em seu entender, as questões do trabalho e a sua dignidade, a qualificação e a valorização dos trabalhadores são indissociáveis da prestação da economia e do seu desenvolvimento, seja na região, seja no país, seja na cidade de Lisboa. Afirmou que qualquer diagnóstico sobre a situação da economia na cidade e as suas implicações ao nível social no mundo trabalho na vida dos trabalhadores, não pode desligar-se do que têm sido as opções e as políticas seguidas no país, nos últimos anos e dos impactos das políticas austeras durante a crise que se traduziram no aumento das desigualdades e no empobrecimento da generalidade da população do país e de particularmente Lisboa.

Referiu que se tem assistido ao acentuar de uma linha de desvalorização do trabalho, o que tem significado uma fortíssima pressão sobre os salários para o abaixamento das condições de trabalho e a constante promoção da desregulamentação laboral. A qualidade das relações industriais e a contratação coletiva está sob constante ameaça, procurando-se o seu desmantelamento através do seu enfraquecimento e fragmentação. Como consequência, a par do desemprego, a precariedade agrava-se, a qualidade do emprego é constantemente posta em causa. Na cidade de Lisboa, perto de um terço dos seus trabalhadores estão em situação precária, e sete em cada dez jovens trabalhadores estão no mercado de trabalho com contrato precário.

No atual contexto económico e laboral, o trabalho deixou de ser suficiente para suportar uma vida digna a um número cada vez mais crescente de trabalhadores e das suas famílias, apesar de terem trabalho, 10% dos trabalhadores vivem em estado de pobreza, incerteza crescente, nomeadamente as gerações mais novas.

Afirmou que embora tenhamos a geração mais qualificada de sempre, uma grande fatia dela, tendo feito os seus estudos na cidade de Lisboa, esta não encontra lugar no mercado de trabalho. É urgente olhar para a integração dos jovens no mercado de trabalho.

Vivem menos de 600 mil pessoas na cidade de Lisboa mas, diariamente, o número dos seus utilizadores cresce em mais de 70%, cerca de 425 mil pessoas, fruto dos movimentos pendulares casa/trabalho, casa/escola. Lisboa é uma região onde se localizam os centros de decisão económica do país, representa cerca de 37% do PIB nacional e emprega cerca de um milhão e trezentas mil pessoas, 29% do emprego do país, manifestando uma produtividade aparente do trabalho, 1,3 vezes superior à do país. A este propósito, questionou, por exemplo, no turismo na nossa cidade, que efeitos têm tido o crescimento desta atividade ao nível da criação de emprego e da sua qualidade. Referiu que chegam diariamente queixas relativas a este setor de atividade, onde

imperam os baixos salários, a multiplicidade contratos atípicos, quando os há, as constantes ilegalidades e exploração. As pessoas que intervêm e decidem politicamente na nossa cidade, não podem fechar os olhos e cruzar os braços perante a atividade crescentemente geradora de riqueza e que não tem qualquer preocupação, por um lado, com a qualidade do serviço prestado, diretamente relacionada com a qualidade do emprego e das condições de trabalho, por outro com a própria coesão social da cidade.

Neste sentido, lembrar que é fundamental pensar o futuro da nossa cidade, conciliando o crescimento económico com o progresso social dando respostas e contrariando os riscos e as vulnerabilidades sociais agravadas pela crise e pelas denominadas políticas de ajustamento de cariz autoritário, nomeadamente, os riscos associados ao desemprego, à precariedade, à redução do rendimento disponível, ao aumento das situações de pobreza e à diminuição da proteção social.

A valorização do trabalho e o futuro de Lisboa tem que passar pela valorização e dignificação do trabalho e de os seus trabalhadores, Lisboa é cada vez mais uma cidade de serviços que varreu a atividade produtiva do seu território. Mais de 90% das empresas e do emprego, na nossa cidade, assentam no comércio e serviços.

O encerramento de empresas e despedimentos coletivos têm-se sucedido, se apenas considerarmos o período de crise e da *Troika*, no nosso país, entre 2011/2015, mais de 10 mil trabalhadores da cidade de Lisboa foram alvo de despedimentos coletivos, constituindo mais de metade dos despedimentos realizados, no total do distrito de Lisboa. Entre 2010 e 2014, o número de empresas na cidade situadas no denominado setor produtivo, diminuiu 15,2%. Por outro lado, nascem muitas empresas na nossa capital, mas morrem, também, muitas empresas, a cidade de Lisboa tem uma taxa de sobrevivência de empresas inferior nacional, sendo que quase metade das empresas criadas, não sobrevivem passados dois anos.

É preciso inverter este ciclo, o futuro do nosso país passará, em grande medida, por conseguir produzir mais e melhor e Lisboa pode dar aqui um contributo muito importante, uma cidade de ponta não tem de ser incompatível com uma cidade que produz e que aposta na indústria. Pelo contrário, Lisboa só tem a ganhar em voltar a dar espaço à produção, a uma indústria que deve ser moderna e não poluente, geradora de emprego e riqueza, fator essencial para a sustentabilidade da economia e desenvolvimento da nossa cidade.

d) Carlos Alves, Dirigente da UGT

Começou por considerar que o debate assume total pertinência, associando a economia da cidade e o trabalho, atendendo a que as cidades e o trabalho são porventura dois aspetos que assumem uma centralidade, sem par, nas nossas vidas. Há fatores da economia da cidade que interferem negativa e positivamente no trabalho, tais como o rendimento, os custos, as infraestruturas e nestas, um aspeto mais específico, o dos transportes.

Apesar da precariedade, existe a consciência de que os salários têm vindo a baixar, a média salarial tem vindo a baixar, a qualidade do emprego sofreu muito nos últimos anos, mas apesar de tudo, as cidades continuam a ser um polo de atratividade, não só pelo volume de emprego que geram, mas até pela qualidade do emprego que

vão gerando, os rendimentos são mais altos nas cidades do que são no resto do território. O reverso da medalha, é que também os custos de viver na cidade, nomeadamente, os custos da habitação, são também elevados, fazendo com que os trabalhadores vão viver para as periferias. Quem gere as cidades tem de ter isto em conta pois coloca problemas acrescidos, nomeadamente a coesão social e levanta um outro problema que é a necessidade de haver uma rede de transportes, não só dentro da cidade, mas de e para a cidade.

Por outro lado, as cidades continuam a ser polos de atratividade, porque têm um conjunto de infraestruturas, desde, escolas, centros de formação, creches, jardins-de-infância, apoio a idosos, que não têm par no resto do território e, portanto, tudo o que tem a ver com a evolução de carreira, a progressão profissional, conhece na cidade uma abertura diferente daquilo que conhece noutros pontos desse mesmo território.

No que toca à questão das infraestruturas, penso que quando falamos da rede de transportes se percebem os impactos que têm nas múltiplas dimensões da vida dos trabalhadores, em que aquela que porventura, será a mais notória, é a conciliação entre a vida familiar e profissional. Estes fatores são todos eles presentes em Lisboa.

O rendimento e o poder de compra são superiores à média do país, em Lisboa, o preço da habitação é muito superior à média nacional, em cerca de quase 200 euros, o valor médio dos prédios é 10 vezes superior à média nacional mas, por outro lado, a taxa de empregabilidade é superior, ainda que marginalmente. A taxa de natalidade é menor, ainda que marginalmente, mas a taxa de desemprego, também, é superior em Lisboa, relativamente ao resto do país se bem que Lisboa e o resto das cidades, são um pouco vítimas do seu sucesso.

Pelo facto de haver universidades em Lisboa, o número de jovens licenciados estão concentrados aqui, como têm perspectivas maiores de emprego na cidade, concentram-se aqui na expectativa de ter um emprego que mais dificilmente terão noutras zonas do país, o que faz com que este número, também, surja um pouco inflacionado.

Um fator que não deixa de preocupar é o tempo médio de deslocação de e para o trabalho que, em Lisboa, é superior, não muito, mas é superior ao da média nacional e depois um fator de natureza um pouco mais sociológica e que se sente no contacto com os trabalhadores a que se dirigem aos sindicatos, e que tem a ver com o facto das relações e da fragilização da rede familiar e de vizinhança que, na cidade, é muito mais reduzida do que a noutras regiões do país.

Muitos destes fatores não dependem da Câmara Municipal, pois são políticas que têm, muitas delas, um âmbito nacional. De qualquer maneira as autarquias, também, enfrentam desafios acrescidos pelo facto de haver um novo leque de competências que lhe está a ser acometido na área da educação, na área dos transportes, e a UGT espera, que isto venha a aproximar os serviços dos cidadãos.

Quando se fala da economia nas cidades, geralmente centra-se a discussão na atratividade das atividades económicas, mas não se pode esquecer que a economia da cidade é também para lidar com aquilo que são os

problemas dos cidadãos e dos trabalhadores, especialmente, os problemas que emergem do tecido social das cidades e que são muito complexos. Mas não são só os poderes públicos que têm competências nesta matéria, os próprios empregadores, os sindicatos, através da negociação coletiva, através do diálogo social, através de iniciativas, até responsabilidade social, têm também aqui uma responsabilidade.

Lisboa não deixa de ter alguns desafios específicos e tem sofrido algumas contingências nos últimos tempos. Por exemplo, a velocidade média dos autocarros da Carris na cidade de Lisboa, decresceu muito significativamente, o que não deixa de causar uma forte interferência na vida dos trabalhadores.

A política de habitação é uma questão central, tendo-se verificado a desertificação e, sobretudo os jovens a saírem da cidade, o centro urbano da cidade está despovoado, pelo que urge fazer uma aposta social e, simultaneamente, económica através promoção e criação de emprego na área da reabilitação urbana, que a UGT, há muito tempo, vem a defender pelo potencial enorme que tem, de criação de emprego local e dinamização das pequenas empresas geradoras deste emprego.

Deu nota sobre o reforço da ação social da Câmara. Assistiu com agrado ao reforço nestes últimos 4 anos com programas como o seu projeto BA-bá, a criação de creches, mas o apoio a idosos continua a ser um pouco deficitário e isso tem fortes impactos na vida e no dia-a-dia de muitos trabalhadores.

Como nota final dirigiu uma palavra à Câmara Municipal de Lisboa, que enquanto empregadora nos últimos anos esteve na linha da frente, com a celebração dos acordos coletivos de empregador público e a redução das 35 horas.

e) **Nuno Byscaia**, Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Jurídicos e Sócio Laborais da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa

Estes temas não são de todo estranhos à CIP, quer isoladamente quer em conjunto, a economia, a cidade e o trabalho fizeram parte dum projeto que a CIP desenvolveu entre 2010 e meados de 2015 com vista a um debate público e grupos trabalho em torno do tema da regeneração urbana, o Projeto “Fazer acontecer a regeneração urbana” que, partindo do diagnóstico apresentado do posicionamento do problema e da abordagem preconizada, tinha em vista dinamizar na economia nacional o apoio à fileira da construção em Portugal e no combate ao desemprego.

Na perspetiva da CIP para que seja assumida em Portugal uma estratégia de regeneração do tecido urbano com sucesso, é necessário que um conjunto de constrangimentos seja eliminado. Não bastam bons planos e investimento público, é essencial recuperar e dinamizar o mercado do arrendamento, como aliás já foi referido, rever o sistema fiscal incidente sobre o património imobiliário, alterar o regime jurídico da Reabilitação Urbana e simultaneamente aproveitar esta oportunidade para dinamizar a atividade económica através das empresas portuguesas que se posicionam na fileira da construção.

As políticas da cidade de onde este diagnóstico partiu na perspetiva da CIP devem seguir uma abordagem holística abrangente e integrada nas 4 dimensões do desenvolvimento sustentável, tidas como a dimensão social, económica, física e ambiental.

As políticas da cidade devem ainda propor uma nova geração de parcerias com a iniciativa pública e a iniciativa privada. Os objetivos fundamentais para este tipo de políticas podem passar por eliminar os constrangimentos que têm impedido a adoção de um projeto ambicioso orientado para regenerar e revitalizar de forma integrada o património edificado das cidades e dentro destes os seus centros históricos, enquanto polos do desenvolvimento da economia. Assim, reanimar a atividade económica transversalmente através da criação de uma rede *cluster* ou subsetor a integrar na fileira da construção, envolvendo a construção e as atividades que se posicionam a montante e a jusante da sua intervenção, apoiar a criação de emprego e creio que o seu objetivo totalmente transversal nesta problemática, promover a integração no mercado de edifícios devolutos e degradados, desenvolver novos instrumentos de rentabilização de poupanças e investimentos, preparar e dotar a fileira da construção de mecanismos críticos para potenciarem e aproveitarem as oportunidades no mercado internacional da reconstrução e melhorar a qualidade de vida das populações nas cidades.

Quanto aos problemas em concreto que na perspetiva da CIP são fundamentais para o desenvolvimento da economia e para o trabalho na cidade de Lisboa, é não existir uma rede de transportes desenvolvida e adequada às necessidades dos seus moradores e daqueles que eles se dirigem todos os dias por motivos de trabalho.

Quanto às questões relacionadas com igualdade e participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como a reconciliação entre a vida profissional e familiar., a CIP reconhece que este assunto assume grande dimensão no atual mercado de trabalho pelo que considera que uma das melhores formas de dar resposta às necessidades do equilíbrio entre vida profissional e pessoal é dotar a cidade de uma rede de infraestruturas e creches com horários alargados e a um custo acessível, que permita às famílias responderem de forma mais adequada a este desafio sem prejudicar a participação das mulheres na vida laboral. Também deverá existir organização de apoio às atividades extracurriculares e organização dos tempos livres, quer relativamente ao horário pós-escolar quer relativamente às férias.

Um outro assunto preocupante é a questão das acessibilidades, numa cidade como Lisboa a existência de acessibilidades adequadas às necessidades de todos, mas sobretudo aos idosos, grávidas e pessoas portadores de deficiência é da maior importância e é necessário e prioritário promover o seu melhoramento.

Por último referiu que a política da cidade não pode ser desenvolvida como uma ilha, é necessário desenvolver uma estratégia integrada com cidades vizinhas em termos de transportes, no turismo e na segurança.

f) **José Castro Caldas**, Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Referiu que por vezes quem vem de fora para uma cidade no caso concreto de Lisboa vê coisas que aqueles que cá vivem todos os dias não vêem. Assim, confronta-se muito frequentemente com amigos que vêm do

estrangeiro e chegam a Lisboa, e lhe perguntam pela crise. Isto é, são pessoas que vêm de fora e chegam a Lisboa ocupam um alojamento no centro da cidade, olham em volta e vêem sinais de dinamismo, como seja a reabilitação urbana, como sejam obras camarárias, como seja o número impressionante de turistas no centro da cidade e, portanto, mesmo nós que cá vivemos todos os dias confrontamo-nos talvez que o paradoxo entre uma cidade cuja economia nós sabemos que continua basicamente estagnada e sinais de dinamismo em setores muito concretos: turismo e imobiliário. São dois setores muito concretos e a sua reflexão incide sobre isso.

Relativamente ao turismo, acredita que não se está a passar apenas em Lisboa, algumas cidades particularmente bem localizadas como Lisboa, conseguem atrair fluxos turísticos importantes que são alavancados por uma nova oferta de transportes Low cost, por uma nova oferta de alojamento, também Low cost e, sobretudo no caso de Lisboa, por preços extremamente baixos. Vive-se um período de inflação muito baixa, senão mesmo deflação e Lisboa tornou-se uma cidade uma cidade barata, em termos comparativos europeus. Lisboa tornou-se do ponto de vista da competitividade de preço um produto de exportação apetecível.

Conjugando este facto com uma menor atração dos fluxos de turismo para destinos tradicionais no Norte de África, temos aqui uma circunstância muito particular que tem expressão na cidade de Lisboa.

No que respeita ao imobiliário, acho que a primeira coisa a ter em conta é que aquilo que está a acontecer em Lisboa não é caso único. Num conjunto de cidades europeias, desde Reiquiavique até Berlim, se acompanharmos a imprensa internacional aquilo de que ouvimos falar é de uma recuperação muito rápida do setor imobiliário, expressa em aumentos de preços de aquisição e de rendas caras particularmente nos segmentos mais altos. O que aparentemente está a acontecer por toda a Europa é que o setor imobiliário se está a transformar naquilo que muitas vezes se chama um ativo de refúgio. Mas num quadro em que existe uma grande concentração de disponibilidades financeiras no topo da escala de rendimento. No momento em que existe por parte de muitos bancos centrais, particularmente do Banco Central Europeu políticas monetárias não convencionais que se traduzem numa expansão muito rápida da liquidez oferecida aos agentes financeiros, essas disponibilidades financeiras estão a concentrar-se não apenas nos mercados de ações e de obrigações cujos níveis já atingiram os da bolha especulativa de 2007, mas a concentrar-se de novo nos mercados imobiliários. E portanto, nós quando ouvimos falar em dinâmicas especulativas nos mercados imobiliários, não podemos deixar de nos lembrar do papel que os mercados tiveram na criação de condições para a grande recessão vivida à escala mundial, logo quando ouvimos falar de mercados imobiliários é bom pararmos e termos atenção àquilo que temos pela frente.

A imprensa noticiou que Lisboa teve 40% de aumento das rendas em alguns bairros, que se verificou 20% de crescimento dos preços da habitação em Lisboa, contra um aumento médio no conjunto do país de 5%. Portanto, em Lisboa há qualquer coisa que se está a passar muito rapidamente no cruzamento das dinâmicas do turismo e do imobiliário que considerou exigir atenção. Há uma tendência para ver apenas os lados positivos que esses processos têm, e é evidente que a dinâmica do imobiliário em Lisboa tem um lado positivo, nós assistimos

a alguma reabilitação, mas também assistimos a outras dimensões deste processo que não podem deixar de suscitar preocupações. Desde logo um problema das rendas, sobretudo das rendas nos centros históricos da cidade, mas com efeitos de derrame para o conjunto da cidade. Os preços da habitação, a expulsão de população residente nos bairros dos centros históricos, mas também a pressão sobre os serviços públicos que, neste momento se manifesta já claramente no domínio dos transportes. Isto significa que, como sempre, se deixarmos o destino de uma cidade ao sabor das dinâmicas do mercado, particularmente nestes dois domínios do turismo e do imobiliário, corremos o risco de sermos surpreendidos com situações que se tomarão, sem que nos tivéssemos dado conta, já incontroláveis. Portanto, estas dinâmicas de mercado que alguma coisa de positivo poderão dar à cidade, muito pouco positivo terão a dar se não forem enquadradas por políticas públicas. Neste caso políticas públicas que têm a vantagem de poderem ser autárquicas.

Referiu que no entanto existe um problema prévio à definição de boas políticas autárquicas que consigam enquadrar estas dinâmicas do imobiliário e do turismo e extrair delas o lado positivo, contrariando os seus efeitos mais perigosos. Esse pré-requisito parece-me ser ter conhecimento suficiente acerca do que se está a passar. Por isso questionou a Assembleia Municipal se, no que diz respeito às dinâmicas atuais, presentes do turismo e do imobiliário, a sensação que tem de insuficiência de conhecimento, será meramente uma expressão da sua ignorância pessoal ou, pelo contrário, não haverá aqui um problema de facto, de insuficiente acesso a informação e suficiente capacidade de análise dessa informação que nos permita ter uma imagem clara do que do que está a acontecer na cidade de Lisboa. E que proporcione então políticas acertadas que respondam, por exemplo, a um paradoxo - será que faz sentido num quadro como aquele que estamos a viver na cidade de Lisboa manter intocáveis instituições como o estatuto de residente não habitual que está a alimentar de facto dinâmicas especulativas no topo da pirâmide habitacional? Será que faz sentido manter intocável uma instituição como os Vistos Gold? Será que não existem instrumentos fiscais que possam ser direcionados de uma forma sábia para esta questão?

g) **Duarte Cordeiro**, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Agradeceu ao Partido Comunista Português que foi o autor da proposta que levou a trazer este Debate e agradeceu as críticas e as sugestões que foram dadas por todos os oradores.

Lembrou que não podemos falar de economia na cidade ignorando a área onde se insere Lisboa, aquilo a que o Estudo desenvolvido pela Câmara Municipal em parceria com a Gulbenkian, designou de Arco Metropolitano de Lisboa.

A Câmara tem trabalhado em rede, integrando as universidades, os centros de investigação, as empresas, as startups e todos aqueles que trabalham e vivem na cidade, aproveitando as sinergias para criar valor e gerar economia positiva na cidade.

Também o turismo é um setor de valorização e dinamização da cidade, que promove Lisboa e desenvolve a economia local. Desenvolver a cidade é também saber aproveitar e valorizar a população ativa que temos, e apostar em áreas tão diversas que vão das tecnologias às indústrias criativas, da habitação ao comércio local.

Se se olhar por setores de referência há uma predominância na Área Metropolitana de Lisboa do setor do turismo com cerca de 15%, do comércio com cerca de 14%, da construção com cerca de 7%. Depois refere que importa também olhar para alguns pequenos *clusters* com potencial de crescimento muito significativo, que é a área das indústrias criativas com cerca de 4,4%, as tecnologias de informação com 4,5% e a área da saúde com 6%.

Existem também um conjunto de desafios que surgem e que importam resolver. Desde logo a mobilidade na cidade, para a qual temos vindo a dar grandes passos nos últimos anos. Também na área da habitação, a problemática da renda acessível, para a qual a Câmara já criou alguns programas, que pretendem ser um incentivo e atrativo para as famílias se fixarem em Lisboa.

Quanto à população ativa, o nível de escolaridade da população na Área Metropolitana de Lisboa disparou, mais do que duplicou, nos últimos 10 anos, nomeadamente os trabalhadores com nível de ensino superior e, portanto, temos na Área Metropolitana de Lisboa cerca de um terço da população com o nível de ensino superior. E se olharmos para os recursos em específico da Área Metropolitana percebemos que temos algumas características muito fortes do ponto de vista daquilo que pode alavancar setores de desenvolvimento económico, por exemplo, a questão da rede de conhecimento, que nós temos na Área Metropolitana um grande foco, mais de cerca de 80%, está mesmo 90% concentra-se no Concelho, mais de 100 instituições de ensino superior, cerca de 140 mil estudantes do Ensino Superior, 15 mil investigadores, pelo menos 3 parques tecnológicos.

Quanto a potencialidades de setores de desenvolvimento, nós percebemos que Lisboa tem como visão, temos a ambição nos tornarmos uma das cidades mais competitivas e inovadoras ao nível europeu, isto assenta essencialmente nas nossas especialidades e nestas nossas características específicas, nomeadamente na rede do conhecimento no perfil da nossa população ativa, mas também no potencial económico das nossas empresas. Ao olharmos para aquilo que são os setores mais dinâmicos nós entendemos que há um potencial extraordinário, para acentuar as características de Lisboa como um Hub Atlântico. Por exemplo, na fixação de serviços de valor acrescentado e nomeadamente quer ao nível da fixação das empresas, quer ao nível das empresas internacionais, porque procuram cada vez mais num contexto de hiper conectividade, num contexto em que a nossa geografia sai realçada exatamente pelo facto de actualmente as distâncias se encurtarem com um conjunto de transportes que se tornaram mais baratos, o facto de existirem infraestruturas, nomeadamente ao nível digital que no fundo já são tão generalizadas que tornam a nossa cidade atrativa para a fixação deste tipo de empresas.

Quanto ao sector do turismo, por um lado teve um papel muito importante no contexto da crise económica que vivemos, e teve um papel decisivo na reabilitação do edificado da zona histórica, ao mesmo tempo que teve um

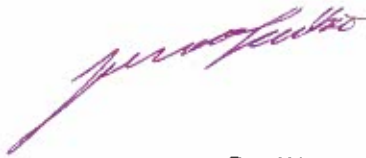
papel muito importante ao nível do investimento, porque conseguiu, pelas nossas, contas capitalizar mais de cerca de 150 milhões de euros de investimento criando ao nível do setor de construção civil, que foi um setor muito afetado pela crise, cerca de 7 mil postos de trabalho. E se nós formos olhar em concreto para este setor de actividade, independentemente de podermos discutir a qualidade do emprego, estamos a falar da criação de mais de 13 mil postos de trabalho directos e cerca de 30 mil postos de trabalho indirectos. Assim, não podemos descurar a importância que o turismo tem na Área Metropolitana de Lisboa e em particular na cidade de Lisboa.

Apostar uma estratégia de valorização do turismo, procurar que ele continue a crescer resolvendo muitos dos impactos negativos que ele tem, mas também potenciando todos os impactos positivos.

Para além da questão do posicionamento estratégico de Lisboa do ponto de vista Atlântico, e além da questão da valorização e da continuação da valorização do setor do turismo para o futuro da cidade, importa que a cidade aposte em setores com potencialidade de crescimento e alguns deles são muitíssimo relevantes para o futuro da cidade, até para aproveitar o capital de conhecimento que existe na cidade, quer nos investigadores, quer nos estudantes, quer na população ativa, são elas as áreas de nomeadamente das novas tecnologias e das indústrias criativas. Quando olhamos para aquilo que a cidade de Lisboa tem vindo a desenvolver sensivelmente de forma mais consistente desde 2011 com a criação dentro da própria Câmara de Lisboa com a Direção Municipal de Economia, foram criadas um conjunto de instituições como a Startup de Lisboa, que vem trabalhando no setor, nomeadamente a economia digital, que hoje já produz resultados a vários níveis. No ecossistema empreendedor da cidade de Lisboa, podemos identificar já um universo de mais de 500 Startups, foram criados mais 3 mil postos de trabalho e existem cerca de 18 incubadoras, e que culminam obviamente naquilo que é a atratividade internacional de que nós temos tido beneficiado, nomeadamente com a Web Summit, que acima de tudo, mais do que o evento, é uma oportunidade para fixação de emprego na cidade de Lisboa.

Quanto à constituição efectiva de empresas, a taxa de crescimento média de constituição de empresas em Lisboa tem crescido à escala de 3,6%. Em 2012 eram constituídas cerca de 3500 empresas, em 2015 já íamos em 4800 empresas, se formos analisar em concreto as que têm um perfil intenso em conhecimento e alta tecnologia nós vemos que a taxa de crescimento aumenta e passa para taxas de crescimento médias de 5,4% e a crescimentos muito acentuados a partir de 2008.

Alguns desafios concretos que nós temos do ponto de vista de desenvolvimento económico da cidade, são por um lado desenvolver a cidade aproveitando aquilo que é o valor acrescentado da nossa população ativa e, produzindo efetivamente em todas as áreas de criação de emprego valor acrescentado. Podemos acrescentar às empresas e aos produtos ancorados em projetos estratégicos e em zonas de desenvolvimento da cidade. Não foi por acaso que lançaram o projeto do Hub Criativo do Beato, mas porque consideram a zona oriental da cidade uma zona de profunda oportunidade de desenvolvimento futuro associado à regeneração urbana.



Por último para referiu que tudo isto está necessariamente associado os desafios da cidade, mas não se pode desvalorizar os grandes desafios da cidade e esses são necessariamente os desafios da mobilidade, da integração da mobilidade, da mobilidade, os desafios da habitação. E designadamente na perspectiva da existência, como aqui foi dito, de bolsas de habitação acessíveis que permitam, no fundo, fixar muitos dos quadros qualificados, trabalhadores que temos fixar.

A questão do reforço da atratividade internacional em vários domínios, ao nível dos trabalhadores internacionais e dos estrangeiros que vêm residir para Lisboa, ao nível de estudantes internacionais e dos investigadores internacionais mas também ao nível da nossa própria qualidade de vida, Lisboa tem sido referenciada positivamente do ponto de vista de rankings internacionais de qualidade de vida. E está relacionado com algumas matérias que a cidade tem apostado decisivamente, como a mobilidade são determinantes, mas também o espaço público, a regeneração urbana, aos espaços verdes, e ao lazer.

O Vice-Presidente referiu que Lisboa tem crescido e acredita que as estratégias que estão definidas para o futuro permitem continuar a crescer, mas devem ter-se em conta todos os desafios.

Intervenções das entidades convidadas

José António Saraiva Brinquete - Confederação das Micro Pequenas e Médias Empresas (CMPME)

Salientou que Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME) nas suas mais de três décadas de intervenção, no terreno, em defesa dos Micro, Pequenos e Médios Empresário (MPME) tem procurado sempre defender os interesses da classe e ao mesmo tempo a economia nacional.

Tem sido seu objetivo principal fomentar e defender o associativismo de classe tão importante para o nosso país e que, por razões óbvias de interesses tão diferentes em relação aos das grandes empresas, não podem ser representadas e muito menos defendidas pelas grandes Confederações Empresariais, onde se misturam todo o tipo de empresas e prevalece o domínio das médias e grandes, nomeadamente na representatividade das suas direcções.

Referiu que o concelho de Lisboa tem quase 50% das empresas da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e, a AML detêm cerca de 30% das empresas do país, i. é, das cerca 253 mil empresas que empregam um milhão e duzentos mil trabalhadores com sede social nos 9 concelhos do distrito, cerca de 97 mil empresas estão sediadas no concelho de Lisboa, empregando mais de milhão e meio de trabalhadores. Verifica-se também que das cerca de 97 mil empresas não financeiras sediadas no concelho mais de 91 mil são micro empresas, sendo 3 800 pequenas empresas, 730 médias empresas e só cerca de 240 são grandes empresas. Estes dados, fornecidos pela Autoridade Tributária (AT), remetem para a seguinte questão: que políticas económicas e fiscais estão a ser tomadas, tanto a nível Autárquico, como a nível da Assembleia da República e do Governo, tendo em conta que cerca de 99% das empresas com sede social no concelho são micro e pequenas?

Referiu também que quer a autarquia, quer associações do sector empresarial, como a AHRESP ou a UACS, têm desenvolvido interessantes estudos, que nos podem dar algumas pistas para uma reflexão.

As atividades económicas que predominam em Lisboa ligam-se sobretudo à Restauração, Hotelaria e Turismo, ao Comércio e aos Serviços, à Construção Civil, às Indústrias Criativas, ou aos Transportes, excluindo claro todos os serviços do Poder Local e do Estado Central e, das atividades financeiras, dos seguros e de outras nas áreas internacionais.

Ora, sendo as atividades principais as atrás referidas predominantes, importa também refletir sobre os seus principais problemas nas áreas: i) da Fiscalidade (IVA, IRS, IRC “PEC e RS”; ii) do IMI; iii) das Tributações Autónomas); iv) do Crédito “de Fundo de Maneio e de Investimento”; v) dos Custos Fixos e de Contexto; vi) de uma Conta-Corrente entre o Estado e as Empresas; vii) do Arrendamento Comercial; viii) do Apoio Social aos Empresários em caso de insolvência e com carreira contributiva mínima; ix) e, na aplicação dos Fundos Comunitários – Portugal 2020.

Por outro lado e, dado que Lisboa tem o privilégio de no seu território estarem situados os principais centros do conhecimento, investigação e saber, também importaria refletir sobre que novos perfis e modelos de desenvolvimento empresarial se querem para o futuro.

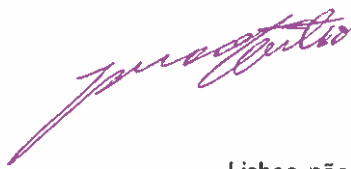
Na opinião da CMPME, no imediato, importa pois desenvolver políticas económicas e fiscais amigas dos milhares e milhares de empreendedores que já estão no terreno e que todos os dias lutam para manter o seu negócio. Políticas que certamente irão beneficiar também os novos empreendedores, das tão sonhadas Startup, dado que estas terão de operar no respeito pelas mesmas regras das empresas já instaladas. Sendo as grandes empresas quase residuais, as micro, pequenas e médias empresas têm um papel fundamental na economia e a sua atividade é dominante na criação de emprego privado.

Intervenções das forças políticas representadas na AML

Deputado Municipal José Leitão (PS)

O Deputado Municipal referiu que o diagnóstico não poderia ignorar o estudo de uma metrópole para o Atlântico coordenado por José Manuel Félix Ribeiro, que é um contributo incontornável, quer para este diagnóstico, quer para as linhas de ação a desenvolver.

A economia e o trabalho de Lisboa não podem ser analisados numa ótica local, que ignore que Lisboa se insere no arco Metropolitano de Lisboa, que na análise dos autores compreende as zonas da Grande Lisboa, núcleo central e quatro eixos radiais de desenvolvimento, no litoral até Leiria, outro que acompanha o Vale do Tejo, outro em direção a Évora e o eixo para sul unindo a península de Setúbal e o Alentejo Litoral.



Lisboa não é apenas um destino turístico de qualidade e é bom que seja que o seja cada vez mais. É uma cidade global que faz parte da geografia, da economia do conhecimento, Lisboa tem universidades, centros de investigação, cientistas e criadores culturais internacionalmente reconhecidos, tem um governo municipal amigo da inovação e do empreendedorismo.

A escolha de Lisboa para a realização do Web Summit foi o reconhecimento do trabalho que tem sido desenvolvido. O maior evento mundial na área do empreendedorismo e da tecnologia, o Web Summit chega a Lisboa e aqui vai ficar pelo menos durante três anos.

O *Road to Web Summit* pretende promover e apoiar projetos que se destaquem pelo seu potencial inovador, garantindo acesso facilitado ao evento e a possibilidade de integrar o meio empreendedor a nível global. A fase final do concurso *Road to Web Summit* decorreu a 21 de Setembro no *Hub Creativo* do Beato. Neste concurso inscreveram-se 237 *startups* de todo o país e no final foram anunciados 66 vencedores.

Inaugurada a 18 de Janeiro de 2012, a Startup Lisboa conta com 100 empresas, já apoiou mais de 200 *startups* e promoveu a criação de centenas de postos de trabalho, sendo um referencial para todas as incubadoras do país. Várias empresas nasceram na Startup Lisboa e já se instalaram noutros espaços da cidade, como é o caso da Uniplaces e da Compare Europe Group. A Startup Lisboa é, aliás, um caso de sucesso e as universidades e centros a ela associados são dos elementos mais dinamizadores da economia, do conhecimento, da cidade.

A Câmara de Lisboa tem-se preocupado também em criar condições para facilitar o melhor acolhimento de estudantes estrangeiros que as procuram e que se forem bem integrados na vida da cidade, podem criar laços que perdurem muito para além do período em que as frequentam. Criou o projeto *Study in Lisbon* para reter e captar talento internacional na cidade.

Saudou todo o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Município para o desenvolvimento económico da cidade e que aqui nos foi apresentado de forma clara pelo Vice-Presidente Duarte Cordeiro. Sublinhou também um aspeto que foi referido na intervenção do Vice-Presidente, que tem muita importância para a criação de postos de trabalho que é a reabilitação urbana. É conhecida a destruição terrível da indústria da construção civil nestes anos mais recentes e, naturalmente esta reabilitação que vai sendo estimulada pelo turismo também, que como foi sublinhado, contribui muito concretamente para a criação de muitos milhares de postos de trabalho.

A Câmara Municipal de Lisboa não substitui as empresas, mas tem um efeito catalisador imprescindível, para criar um ecossistema que estimula inovação e empreendedorismo. O Município tem demonstrado ser amigo da inovação, do empreendedorismo e mais genericamente, catalisador do desenvolvimento económico da cidade.

Referiu também que espera que este debate temático, com todas as achegas, com todas as perspetivas, com diversas que está a trazer e que irá trazer possa permitir extrair conclusões que contribuam para tomar ainda mais eficaz ação do Município, e contribuir para desenvolver a economia e para criar trabalho com direitos, são os nossos objetivos neste debate.

Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)

A Deputada Municipal saudou a iniciativa, considerando que é um importante contributo para a reflexão que urge ser feita sobre a economia e o trabalho na cidade.

Referiu que as intervenções anteriores que retratam a realidade em Lisboa, problemas e perspectivas. Os dados apresentados, por exemplo, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, são bem elucidativos e recentes da realidade do desemprego na nossa cidade. Também uma referência, que é importante pensar em relação à alta percentagem realmente de trabalhadores em situação de trabalho precário na nossa cidade, bem como a desvalorização do trabalho e consequente empobrecimento da população de Lisboa.

Referiu que a cidade precisa que, no seu seio, sejam desenvolvidas as mais diversas atividades económicas que passando pelos relevantes e até estruturantes setores do Comércio e serviços e do turismo, terão que ter uma maior abrangência, abarcando outras atividades produtivas.

A Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com as diversas estruturas intervenientes nas áreas de Economia e do Trabalho deve também, dentro das competências e do papel que lhe compete, responder à grande carência de emprego que afeta a população, particularmente na situação atual em que o desemprego, a precariedade e a baixa qualidade do emprego, atingem níveis extremamente preocupantes.

Para o PCP é urgente promover uma política de desenvolvimento económico para a cidade que invista no tecido produtivo, na investigação e no desenvolvimento, no emprego estável e com direitos, situação que infelizmente não se verifica e com uma justa remuneração, qualificação profissional e na formação ao longo da vida. Inverter a tendência da perda da população e de emprego na cidade é um objetivo primordial, criando condições para a permanência dos seus habitantes. Recordou que a intervenção do Doutor Castro Caldas, que levantou para a nossa reflexão futura algumas interrogações exatamente sobre esta questão do turismo e da habitabilidade em Lisboa.

Deputado Municipal Francisco Alves (BE)

Começou a intervenção afirmando que o Bloco de Esquerda, naturalmente, escolhe lados e escolhe o lado das pessoas e, neste caso concreto, quando se fala de economia e de trabalho, escolhem o lado dos trabalhadores.

O BE centra a sua preocupação e a sua intervenção na precariedade, no tipo de trabalho que existe na cidade. A cidade e o país, a região, não podem viver apenas de turismo, de comércio e de serviços. Portanto, a destruição do aparelho produtivo que foi levada a cabo pelo Governo, tem consequências e continua, teve e tem consequências a nível económico. A cidade de Lisboa não ficou nem poderia ter ficado imune a esta atitude relativamente à economia e ao trabalho. O BE centra a sua preocupação para numa questão que é muito objetiva, que é a precariedade. A precariedade no trabalho e neste caso concreto, a precariedade na cidade de Lisboa, é uma situação muito objetiva e também muito preocupante. Pois, se olharmos para, digamos, a parte

que está agregada, olhando para os Tuk-Tuk's, quantos trabalhadores dos Tuk-Tuk's existem e qual é qualidade, qual é o vínculo laboral que esses trabalhadores têm.

Há mais turismo, há mais serviço de hotelaria e qual é a qualidade de trabalho nos hotéis e também nos alojamentos locais. É esta discussão que temos que fazer também dentro deste debate, porque é muito importante colocar estas questões. Depois, não se pode ignorar também a questão do desemprego. A taxa oficial de desemprego está, como nós todos sabemos, feita de maneira enganosa. Deixa muita gente de fora, não contabiliza muita gente e, portanto, esta questão do desemprego tem que ser também colocada de uma forma muito clara, para que não haja, digamos, grandes dúvidas sobre quantos desempregados é que vivem nesta cidade e quantos desempregados não têm nenhum meio de subsistência. E isto liga-se também à pobreza e às condições até de alguma marginalidade que isso pode criar. Isto não é da responsabilidade, naturalmente, da Câmara Municipal, é uma responsabilidade do país, do Governo Central, de todos nós. Mas é importante que também aos nossos níveis de atuação e de intervenção, possamos ter isto em conta.

Chamou à atenção para a questão do desemprego juvenil, que está ligado à precariedade. Dez jovens dos 15 aos 24 anos, segundo os nossos cálculos, na região de Lisboa, três ou quatro estão no desemprego, correspondendo a uma taxa de desemprego de 36,7%.

Relativamente ao Websummit, questionou que condições é que iriam dar aos voluntários que vão intervir nesse evento, nomeadamente salário e condições de trabalho dignas.

Referiu que defendem para Lisboa um modelo de desenvolvimento que abranja a indústria, os serviços, o turismo, digamos, a moda, o retalho, mas todos estes setores fazem falta às pessoas, fazem falta à cidade, fazem falta para o desenvolvimento. A questão de fundo é que emprego é temos e que direitos temos no emprego.

Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)

Como tem verificado pelas intervenções no debate, a economia não tem que estar acima dos interesses das sociedades, colocando-a em primeiro lugar e só depois as pessoas e as suas necessidades. Este é o pensamento que considera legítimo despedir trabalhadores, violar direitos adquiridos e promover a precariedade. «Os Verdes» rejeitam por completo esta ideia e, em oposição, colocam as pessoas no centro da economia e defendem que esta deve servir as pessoas e não o contrário.

Lisboa tem mais de 600 mil trabalhadores, sendo que mais de 400 mil vêm de concelhos vizinhos, lisboetas desempregados, estima-se que sejam mais de 30 mil. É evidente que o modelo económico que se instalou não serve o bem-estar da humanidade, nem garante o seu futuro. Estrangulou-se a produção nacional, esqueceu-se o direito ao trabalho com direitos, deslocalizaram-se empresas em busca de mão-de-obra mais barata. A pretexto de pôr Lisboa a funcionar, visando atingir sempre mais lucros a qualquer preço, elitizaram-se locais, desertificaram-se partes da cidade, empurrou-se para fora da cidade quem cá nasceu e queria continuar, ou

quem aqui decidiu viver. Planeou-se e ordenou-se a cidade para gerar lucro, o que verdadeiramente importa já há muito ficou para trás. Lisboa tem assistido ao encerramento do comércio tradicional, à privatização de empresas públicas com sede na cidade e ao encerramento de serviços públicos, à diminuição de postos de trabalho com a própria redução da atividade e do serviço público da Autarquia, através da externalização de alguns serviços municipais, nomeadamente nas áreas da higiene e limpeza, dos espaços verdes, da Cultura e do espaço público. Contratos a termo, falsos recibos verdes, bolsas de investigação, estágios profissionais e contratos de emprego inserção, não são políticas de emprego com futuro, são uma forma precária para suprir necessidades de trabalho permanentes.

O setor do turismo pode ser uma oportunidade, mas não pode estar desregulamentado e promover a precariedade nas relações laborais, favorecendo os interesses dos grandes negócios em detrimento dos direitos dos residentes e dos comerciantes. A criação de empresas que não promovam a sustentabilidade no emprego, mas apenas postos de trabalho precários, não é de todo desejável, não é aceitável porque não evita situações de insegurança, de precariedade e de falta de apoios para que as empresas possam crescer e contratar de forma mais permanente. Se o futuro for incerto, cria-se mais instabilidade laboral.

Perante tudo isto, «Os Verdes» consideram urgente promover um desenvolvimento sustentável, assente na humanização da economia e orientado para a satisfação das necessidades reais das famílias. E isso só se consegue com a economia ao serviço das pessoas. Terminou questionando até que ponto isso está a ser precavido na cidade de Lisboa.

Deputada Municipal Ana Gaspar (CPL)


Começou por referir que as *startups* são importantes como motor na criação de emprego. Também, o *Websummit* é, de facto, um formidável elemento que pode potenciar muito essas sinergias dos jovens. A questão dos investigadores que não é despiciente porque só um povo culto e cada vez mais letrado, pode ter postos de trabalho mais bem remunerados.

Relativamente aos adultos, nas questões como a habitação e reabilitação tem sido feito um esforço brutal por parte da Câmara, que é também muito importante. Relativamente aos idosos, referiu que os programas integrados entre a cultura, os direitos sociais e a educação, fazem aquilo que designaria a economia dos afetos, que será mensurável nalguma coisa que não tão palpável como economia real.

Enfatizou também a necessidade do debate que já foi acordado nesta assembleia, sobre o turismo e alojamento local e também o subtema do imobiliário.

Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)

Referiu que o diagnóstico está longe de estar concluído, longe de estar atualizado e longe de se tomar as atitudes necessárias após um diagnóstico. Não é tolerável fazer terapêuticas sem conhecer o diagnóstico, mas ainda mais intolerável é conhecendo o diagnóstico, continuar a não aplicar as terapêuticas corretas.



Afirmou que há urgência no investimento e no crescimento económico adequado para criar emprego de qualidade e travar o definhamento demográfico e social da cidade. A necessidade de reflexão pública e alargada sobre este tema, reside na complexidade da situação, das muitas ilusões e algumas falsas propostas para a cidade, para a Grande Lisboa, para o país. Um diagnóstico da situação das tendências da economia e do emprego, que vão a par, ajudarão a perceber que tipo de investimento precisamos e que não seja meramente a compra da obra feita. Foi o que aconteceu na cidade, mais de 70% foi comprar, comprar o que já estava feito, investir sem nada acrescentar. Foi naturalmente um investimento com uma aplicação financeira. É preciso investimento na indústria transformadora, limpa com certeza e na construção e nas infraestruturas. O turismo como atividade económica, naturalmente, é relevante, não pode é transformar-se em monocultura exclusiva.

Por isso, defendeu que deve contribuir-se para a dinamização económica da cidade, criar riqueza e emprego, sem que seja exclusivamente dependente da boa vontade ou humor do capital privado.

Volta-se a falar e a recentrar na ideia de que o investimento público, a defesa do tecido produtivo já existente e a valorização das potencialidades na cidade de Lisboa e a sua ligação à margem e a outras regiões contíguas, é um centro fundamental para encontrar a solução.

2ª Sessão - “A Economia na cidade e o trabalho - Diagnóstico da Situação na Cidade de Lisboa.”

19 Outubro 2016

Realizou-se no dia 19 de Outubro de 2016 a 2ª sessão do Debate Temático sobre a “A Economia na cidade e o trabalho - Diagnóstico da Situação na Cidade de Lisboa.”, nos termos e de acordo com o programa fixado pela Assembleia Municipal através da aprovação em 31 de Maio da Proposta 001/2ªCP/2016.

O debate foi moderado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Arquitecta Helena Roseta, com o apoio dos Senhores Deputados Municipais Carlos Silva Santos, presidente da Comissão Permanente de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização, e Magalhães Pereira, presidente da Comissão Permanente dos Direitos Sociais e Cidadania.

Foram relatores os Deputadas Municipais Ana Páscoa do PCP e Luis Newton do PPD/PSD.

Participaram do debate, na qualidade de oradores convidados:

- a) José Manuel Félix Ribeiro, Economista
- b) Eugénio Rosa, Economista
- c) Bernardo Gaeiras, Fab Lab de Lisboa
- d) Miguel Fontes, Startup Lisboa

- e) Paulo Carvalho, Director Municipal de Economia e Inovação da Câmara Municipal de Lisboa
- f) Duarte Cordeiro, Vice – presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Na 1ª parte, a Presidente da AML introduziu o tema desta sessão, apresentou os oradores convidados e os relatores designados, explicou a metodologia do Debate, e os tempos de intervenção de cada um dos intervenientes, apelando ao seu cumprimento de modo a respeitar o horário previsto. Referiu ainda que os relatórios das sessões seriam analisados pela 2ª Comissão, com vista à elaboração de propostas de deliberação política com medidas promotoras da actividade económica e de emprego em Lisboa. Na 2ª parte decorreram as intervenções dos oradores convidados. Na 3ª parte decorreram as intervenções do público presente e dos deputados municipais.

a) José Manuel Félix Ribeiro, Economista

Na sua intervenção começou por referir que o problema fundamental da nossa economia é a ausência de crescimento, pelo que se impõe uma análise desta realidade de forma a alterá-la e permitir a criação de emprego. Neste contexto apresentou algumas ideias possibilitadoras de crescimento: trabalhar para o mercado mundial, de forma a compensar a nossa dimensão, oferecendo novos produtos. Referiu que a infra-estruturação e a edificação do território tem lugar em períodos limitados no tempo, foi fundamental nas décadas a seguir ao 25 de abril mas que não se pode estar sempre a lançar mão desse instrumento. O consumo das famílias pode ser propiciador de crescimento, mas também pode ser desequilibrador por obrigar a muitas importações.

Em Portugal existe um conjunto de regiões urbanas que têm experiência acumulada e uma variedade de actividades exportadoras, reconhecidas internacionalmente, e, em simultâneo, pólos de conhecimento, universidades, centros de investigação, centros tecnológicos, que permitem uma actualização permanente de novos e variados conhecimentos.

É possível definir duas grandes regiões com essas características: o Noroeste Global (englobando Braga, Porto, Aveiro) e o Arco Metropolitano de Lisboa (com um conjunto de raios em vários sentidos: Leiria, Sines, Santarém, Évora). Lisboa sempre teve um papel fundamental neste arco, pela concentração de serviços centrais, as indústrias criativas, a saúde, por ser sede de grandes empresas, mas tem vindo a reforçar esse papel, não só pela importância do turismo, mas também pelo facto de grandes empresas multinacionais estarem a transferir para aqui as suas sedes, empregando centenas de engenheiros e quadros técnicos portugueses.

A península de Setúbal e Alentejo litoral até Sines aloja a indústria pesada, a petroquímica, indústria automóvel, a electrónica. A 3ª região caracteriza-se pela produção agrícola e florestal. Em suma, o Arco Metropolitano de Lisboa tem indústria, recursos naturais, serviços e um crescente número de actividades ligadas ao conhecimento.

A terminar a sua intervenção, referiu a enorme vitalidade que o sector dos serviços está a ter em Lisboa com a vinda de multinacionais grandes empresas e pequenas empresas ligadas a programas para a Internet, estúdios

de videojogos, empresas de Bio Farmacêutica, de Engenharia Biomédica, de Engenharia Biológica, por exemplo.

Considerando que o bem mais escasso da economia é o talento, é importante que os jovens sejam exigentes nas suas aprendizagens, é indispensável a criação de talento para o nosso crescimento e desenvolvimento.

b) Eugénio Rosa, Economista

A partir de análises de dados estatísticos a sua intervenção começou por abordar a percentagem de população residente em Lisboa que está em idade produtiva, para perceber a sua articulação com a economia na cidade, pois o desenvolvimento económico depende das pessoas. Considerando a população em idade produtiva a que se situa entre os vinte e cinco e os sessenta e quatro anos, constata-se que apenas 53% da população de Lisboa se insere neste quadro, o que é uma limitação importante, e realçar ainda que é uma percentagem inferior à média nacional. Comparando este dado com os dados de emprego em Lisboa, constata-se que, em 2003, o número de empregados rondava os quatrocentos e sete mil, significando que apenas duzentos e cinquenta e nove mil eram residentes em Lisboa, concluindo-se que o desenvolvimento na cidade depende muito de população de fora.

Outro dado importante a analisar diz respeito à relação entre a população residente o número de pessoas que entram diariamente em Lisboa. Segundo o Censos de 2011, a população residente rondava os quinhentos e quarenta e sete mil habitantes, e entravam diariamente em Lisboa cerca de quatrocentos e vinte e cinco mil pessoas (isto é: 77% da população residente). Estes dados mostram bem que Lisboa é o município com o maior peso da população pendular.

Lisboa é também o município com maior volume de negócios, com 46% do volume da Área Metropolitana, para o que contribui em grande medida a capacidade produtiva dos municípios vizinhos. Quanto ao salário médio dos trabalhadores por conta de outrem, verifica-se que este é mais elevado em Lisboa do que na Área Metropolitana e no país, em cerca de 48%. Analisando o poder de compra por habitante em 2007, os dados indicam que este é superior em 235% da média nacional, e correspondia a 11% de todo o poder de compra nacional, o que indica claramente a concentração de riqueza em Lisboa.

Lisboa é um centro criador de emprego e de poder de compra para os municípios vizinhos, mas deve ser referido que é também exportador de desemprego e outras externalidades, pois os trabalhadores residentes nesses municípios, quando desempregados, inscrevem-se nos centros de emprego da sua área de residência.

Esta realidade tem consequências importantes a nível dos transportes: a utilização de transporte individual por parte dessa população pendular tem vindo a crescer, agravando-se entre 2001 e 2011, em que passou de 45% para 61%. Este é um problema com que Lisboa se depara, é um problema para a população que aqui reside, com constrangimentos a vários níveis, com efeitos na qualidade de vida.

A resolução deste problema passa por medidas que promovam o uso do transporte público, por uma melhoria nesse sistema de transporte, pela expansão da rede de Metro, e outras medidas que de facto possam reduzir o número de automóveis que circulam em Lisboa permitindo melhorar a qualidade de vida desta.

c) **Bernardo Gaeiras, Fab Lab de Lisboa**

A intervenção focou o trabalho que tem vindo a ser realizado pela CML na área da Fab Lab Lisboa e no Centro de Inovação da Mouraria, testemunhas da importância da criatividade na cidade.

O Fab Lab Lisboa é um laboratório de fabricação digital aberto ao público, inaugurado há três anos no âmbito da estratégia de apoio ao empreendedorismo do Departamento de Economia e Inovação da CML. Por esta oficina que disponibiliza a utilização de equipamentos, por exemplo impressoras 3D, permitindo ao público a materialização de ideias e de objectos, já passaram mais de quatrocentos projectos, que, a partir de um protótipo, conseguiram entrar no mercado e fazer parte da indústria do sector criativo. Para além destes projectos, a Fab Lab Lisboa, hoje com cerca de dois mil membros, tem vindo a realizar oficinas de formação para jovens sobre técnicas de fabricação digital e outras técnicas inovadoras. Importante também a referência à reabilitação e regeneração de espaço físico, pois um antigo matadouro abandonado há muitos anos aloja agora este pólo criativo.


No Centro de Inovação da Mouraria estão incubadas doze empresas que, como espaços de experimentação, constituem uma mais valia para o sector da criatividade na cidade, pois é necessário para o seu desenvolvimento a criação de condições e oportunidades de trabalho. É neste contexto que se insere a estratégia para as indústrias culturais e criativas que a CML tem vindo a promover.

Em 2013 na Europa 5% do total de trabalhadores ocupavam-se das indústrias criativas e culturais; em Portugal, em 2011, apenas 3,4%, o que significa que temos espaço de crescimento.

Uma das características das cidades é a diversidade, que, por sua vez, é geradora de criatividade, que despoleta a inovação e o conhecimento. Este aspecto é fundamental no futuro, pois as indústrias criativas são as mais resilientes, são as que não podem ser substituídas por automação, o que justifica a importância da criação de talento e de dar oportunidade de florescimento aos seus actores.

d) **Miguel Fontes, Startup Lisboa**

A intervenção iniciou-se com uma apresentação da Startup Lisboa, uma incubadora de empresas que nasceu de um projecto de um conjunto de cidadãos, através do Orçamento Participativo, com três parceiros, a CML, a Associação Mutualista Montepio Geral e o IAPMEI, tendo por objectivo a promoção do empreendedorismo na cidade. A Startup Lisboa começou com projectos na área da tecnologia, alargando posteriormente o seu âmbito para o sector do turismo e comércio e tem funcionado como uma âncora para os empreendedores, que beneficiam de iniciativas e de apoios que esta pode proporcionar.



A Startup Lisboa tem cinco eixos de intervenção: possibilitar o acesso a uma rede de mentores, que partilham conhecimentos, experiências e ajudam ao desenvolvimento de projectos empresariais; uma rede de parceiros, directos ou estratégicos; programação, própria ou resultante de ideias que outros propõem como fazendo sentido de realizar, o que permite não só disponibilizar conteúdos, mas também dinamizar um espírito de comunidade, com partilha de sucessos ou insucessos, dificuldades e saberes; comunicação, dimensão que permite a promoção do que está a ser realizado e conseguido, e que também é efectuada pelos novos empreendedores; a ligação aos investidores, permitindo pôr em contacto os empreendedores com os actores interessados em investir nestes projectos, por exemplo as sociedades de capital de risco.

A Startup Lisboa trabalha num modelo de dupla incubação, física ou virtual. Esta última permite a um conjunto de empreendedores beneficiar dos serviços e dimensões referidas.

Termina a sua intervenção com uma referência a um momento entusiasmante e único que a cidade vive e cuja face mais visível é a Web Summit.

A realização deste evento em Lisboa permite difundir a ideia de que Lisboa é uma cidade dinâmica, inovadora e criativa, capaz de acolher talento de quem quer desenvolver projectos empresariais inovadores e geradores de riqueza e com impactos positivos na nossa vida social. O ambiente empreendedor que hoje vivemos não pode ser desligado da aposta que foi feita na qualificação e formação das pessoas.

e) Paulo de Carvalho, Director Municipal de Economia e Inovação da Câmara Municipal de Lisboa

Em 2011 a CML criou a Direcção Municipal de Economia e Inovação com o objectivo de incentivar o empreendedorismo e o conhecimento, vertentes económicas estratégicas, uma ambição que se mantém até aos nossos dias e que é a de fazer de Lisboa uma das cidades mais competitivas e criadoras da Europa. Esta estratégia permitiu o reconhecimento da cidade de Lisboa como uma capital empreendedora e inovadora, reconhecimento que se traduziu num conjunto de prémios internacionais.

O culminar desta estratégia foi a decisão de realizar a Web Summit 2016 em Lisboa.

Para a consecução daquela estratégia a CML apoiou-se em conjunto de "motores" que visam posicionar Lisboa no plano internacional, especificamente o Hub atlântico, assente em parcerias institucionais entre a Câmara, a Câmara de Comércio, a Associação Comercial de Lisboa e o ICEP); a ambição de fazer de Lisboa uma cidade empreendedora, uma start up city; um cluster universitário atraindo estudantes do ensino superior e investigadores de diferentes geografias; definição das competências necessárias para que Lisboa se torne uma cidade competitiva.

O funcionamento integrado destes motores, em conjunto com outros pelouros e ou parceiros, é fundamental para a criação de mais emprego, melhor emprego e mais empregabilidade para a população residente, para estudantes, para investidores ou criadores de empresas.

Outro elemento estruturante da estratégia da Câmara foi a criação de um balcão único de atendimentos dos interessados em criar ou expandir uma empresa sediada na cidade, "A Iniciativa em Lisboa".

Concluiu a sua intervenção apresentando o ecossistema empreendedor da cidade de Lisboa mediante a divulgação de um conjunto de cifras. Em primeiro lugar referiu as start ups, de que é primeiro exemplo a START UP LISBOA. Em 2013 a Câmara federou as seis incubadoras existentes em Lisboa, umas com forte participação sua, outras em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e o ISCTE, e ainda as constituídas por entidades privadas e/ou universidades. Actualmente encontram-se registadas dezoito incubadoras, espaço de nascimento e expansão de empresas, que integram 470 empresas, responsáveis por 3.000 postos de trabalho, utilizando 40 espaços de coworking. Em segundo lugar especificou os aceleradores que possibilitam a uma aproximação dinâmica do mercado e ou dos investidores, sendo a Câmara parceira de dois programas internacionais de aceleração o Lisbon Challenge da Beta-I e o Building Innovaters do ISCTE com o MIT. Como integrante do ecossistema empreendedor considerou também os espaços de coworking, as Fablabs, os Makerspace (realidade emergente na qual Lisboa se encontra na vanguarda); a rede de investidores e os Hub criativos.

f) **Duarte Cordeiro**, Vice – presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Iniciou a sua comunicação por enaltecer a importância deste tipo de iniciativas, que promovem o trabalho colaborativo, o debate e a discussão das estratégias de desenvolvimento, envolvendo a cidade e a sua Área Metropolitana. Lisboa tem a áreas de especialização decorrentes da sua própria natureza ou da sua dinâmica, que não são necessariamente negativas, mas devem ser complementares e relevantes num contexto de estratégia regional e nacional.

A definição do papel da cidade naquela estratégia no contexto da Área Metropolitana tem sido objecto de estudo nomeadamente em parceria com a Fundação Gulbenkian.

Apresentou como projecto político da CML a necessidade de crescimento económico tendo como objectivo a criação de emprego qualificado, que acrescente valor ao nível dos serviços e dos produtos criados. Para a persecução deste objectivo é fundamental contar com os recursos da cidade: a população activa altamente qualificada, as universidades e centros de investigação e o ecossistema empreendedor.

O Senhor Vice-presidente apresentou em seguida as opções estratégicas e políticas da CML contempladas no Orçamento de 2017 e nas Grandes Opções do Plano. Em primeiro lugar a estabilidade fiscal, não revendo os impostos como o IMI o IRS e a Derrama, devolvendo as municípios 70 milhões de euros por IMI e 30 milhões de euros por IRS, e não cobrando a derrama às empresas com volume de negócios até 150 mil euros.

Uma significativa aposta económica da Câmara é a constituição de um Fundo de Desenvolvimento Turístico para aplicar em equipamentos geradores de atractividades culturais e turísticas, de que são exemplo o Palácio da Ajuda, O Museu Judaico ou o Miradouro da Ponte 25 de Abril, proveniente dos 15 milhões de euros obtidos pela via da taxa turística.

Outra aposta da CML reside na área das tecnologias digitais, promovendo a cidade como um Hub criativo, empreendedor e inovador sendo desta exemplos a fixação da Web Summit por três anos, ou o Hub Criativo do Beato que se propõe a criação de 3.000 postos de trabalho, com a vantagem adicional de desenvolver a área Oriental da cidade.

A concluir a sua intervenção enfatizou a aposta na qualidade de vida da cidade, sem a qual não se possibilita a fixação ou a retenção de talentos: melhorar a habitabilidade através do lançamento do programa de rendas acessíveis, melhorar a qualidade dos transportes públicos e aumentar a sua oferta, garantindo a acessibilidade como factor da atractividade da cidade.

Intervenções do público e das forças políticas representadas na AML

- Emanuel Nobre de Sousa
- DM Hugo Xambre (PS)
- DM Luís Newton (PSD)
- DM Sara Goulart (BE)
- DM Cláudia Madeira (PEV)
- DM Miguel Santos (PAN)
- DM Ana Gaspar (IND)

Resumo das intervenções:

No âmbito deste debate sobre a economia na cidade referiu-se a importância da economia verde, área na qual a cidade não investe nas melhores práticas, pois todos os anos morrem centenas de árvores e arbustos, debilitando a qualidade de vida na cidade dada a dinâmica positiva do metabolismo das árvores e arbustos no sistema ecológico global.

Salientou-se o contributo de projectos de apoio à economia como seja a Start UP Lisboa (incentivado pela CML), exemplo de empreendedorismo gerador de emprego, ou o Hub Criativo do Beato e a Web Summit, que são bons exemplos da estratégia de Lisboa na aposta da atracção de grandes empresas, também beneficiando dos quadros qualificados, dos conhecimentos ancorados nas universidades e centros de investigação.

Embora a cidade disponha de um conjunto de condições de meios para competir a nível da atractividade com outras cidades, é no entanto fundamental que funcione com a eficácia exigida a uma capital europeia. Entre

outros constrangimentos, impõe-se solucionar o constrangimento da velocidade de circulação na cidade, a qual limita gravemente o aproveitamento das suas potencialidades. Actualmente a velocidade de circulação na cidade é estimada em 5 km/hora, evidenciando uma disfuncionalidade entre a residência e o local de trabalho, que requer reflexão e debate.

O debate sobre o futuro da economia na cidade, não pode esquecer a profunda crise que a cidade (e o país) atravessaram em consequência das políticas de austeridade decorrentes do resgate financeiro, políticas essas que geraram desemprego e grandes dificuldades para as famílias. O crescimento significativo do turismo permitiu o aumento da oferta dos serviços na hotelaria e na restauração e de empregos mas, por outro lado, provocou o aumento dos preços do arrendamento e/ou de aquisição de habitação, pressionando a saída da cidade dos jovens, dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos.

Alertou-se para o perigo eventual de algumas empresas de base tecnológica, promoverem relações de trabalho precárias, introduzindo distorções no mercado de trabalho.

Lisboa tem potencial para se tornar uma cidade mais desenvolvida, sustentável, moderna e diversificada. Para o cumprimento deste objectivo são fundamentais políticas que valorizem as instituições de ensino superior e investigação científica, que fomentem o aparecimento de novas actividades económicas e o emprego para jovens, e que simultaneamente humanizem o trabalho.

O desenvolvimento económico deve colocar o ser humano e todos os seres vivos no centro da actividade económica, de forma a substituir o paradigma do crescimento ilimitado num sistema com recursos limitados por um outro de criação de condições para a produção de recursos planetários.

Para que Lisboa possa continuar a ser uma cidade plural, acolhedora impõe-se um modelo económico orientado para as pessoas e com as pessoas, mais qualificação nos empregos e mais jovens na cidade. A cultura e conhecimento são fundamentais: um povo mais culto e letrado está mais preparado para o futuro e é sempre mais exigente quer ao nível das questões culturais quer ao nível das suas condições de vida.

Opinião dos relatores

Deputada Municipal Ana Páscoa

O Debate sobre Economia e Trabalho em Lisboa, iniciativa proposta pelo PCP e levada a cabo pela 2ª Comissão Permanente Economia é um importante contributo para a urgente e necessária reflexão sobre esta temática. Nesse sentido, o conjunto de intervenções que hoje aqui ouvimos responde bem ao tema específico desta sessão: perspectivas para o futuro.

Para incentivar a modernização e a diversificação da actividade económica na cidade, é necessário fomentar o desenvolvimento e criação de novas actividades económicas geradoras de postos de trabalho, que permita corrigir a tendência de desaparecimento e deslocação das empresas e a perda de população para os concelhos limítrofes, nomeadamente, apoiando a criação de empresas industriais não poluentes e de tecnologia de ponta, terciário avançado, e centros de investigação e ensino, designadamente de pólos tecnológicos, estimulando a articulação com as Universidades e os laboratórios do Estado. É urgente a protecção do comércio tradicional, pois é um elemento de identidade da cidade, é criador de emprego e pólo importante de procura turística.

Uma política de desenvolvimento económico para a cidade deve investir no tecido produtivo; na investigação e desenvolvimento; no emprego estável com direitos e com uma justa remuneração; na qualificação profissional; na formação ao longo da vida.

Em conclusão, é urgente transformar Lisboa numa cidade cada vez mais sustentável, melhorando e modernizando os seus equipamentos, uma cidade com emprego com direitos e habitação para todos os que nela queiram viver e trabalhar.

Conclusões

Caracterização da população e do emprego

O ritmo de crescimento da população em Lisboa apresenta uma tendência decrescente, que se tem vindo a atenuar na última década.

A cidade tem uma população com 65, ou mais anos, em proporção elevada, claramente acima daquilo que se passa na Área Metropolitana de Lisboa, e acima daquilo que se passa no país. Apesar disso, na última década, tornou-se menos acentuado. Do mesmo modo, verifica-se que o índice de renovação da população, em idade ativa tem vindo a diminuir.

Na dinâmica do emprego, mantendo a leitura com os dados censitários, aquilo que se verificou em Lisboa, entre 1991 e 2001, é que o emprego aumentou na cidade, aumentou na Área Metropolitana de Lisboa e aumentou em Portugal, aumentou de forma mais acentuada na Área Metropolitana de Lisboa e na última década, isto é, no período intercensitário, entre 2001 e 2011, o volume de emprego diminuiu, e diminuiu de forma transversal aos três contextos, e está, certamente, também, associado ao contexto de crise.

A taxa de atividade na Área Metropolitana tem valores muito próximos daqueles que se registam, em Portugal, e a taxa de desemprego, o que temos é a evolução entre o primeiro trimestre de 2011, e o quarto trimestre de 2015, atingiu um valor máximo, durante este período, no primeiro trimestre de 2013, e foi de 19,5 na Área Metropolitana de Lisboa. No quarto trimestre de 2015, a taxa de desemprego na Área Metropolitana foi estimada em 12,5, ainda assim, acima do valor médio nacional.

A proporção de população com ensino superior completo na Cidade de Lisboa é manifestamente superior àquilo que se passa na Área Metropolitana e no país, e o mesmo se passa com o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem.

Em Lisboa concentra-se o maior número de utentes inscritos no desemprego. Verifica-se num total de 26141 inscritos, repartido entre a 50,6% de homens e 49,4% de mulheres. Observamos que 51,5% estão inscritos, há menos de um ano, e 48,5% há mais de doze meses, ou seja, desempregados de longa duração.

Vivem menos de 600 mil pessoas na cidade de Lisboa mas, diariamente, o número dos seus utilizadores cresce em mais de 70%, cerca de 425 mil pessoas, fruto dos movimentos pendulares casa/trabalho, casa/escola. Lisboa é uma região onde se localizam os centros de decisão económica do país, representa cerca de 37% do PIB nacional e emprega cerca de um milhão e trezentas mil pessoas, 29% do emprego do país, manifestando uma produtividade aparente do trabalho, 1,3 vezes superior à do país.

O rendimento e o poder de compra são superiores à média do país, em Lisboa, o preço da habitação é muito superior à média nacional, em cerca de quase 200 euros, o valor médio dos prédios é 10 vezes superior à média nacional mas, por outro lado, a taxa de empregabilidade é superior

O sector do turismo teve um papel muito importante no contexto da crise económica que vivemos e teve, por outro lado, um papel decisivo na reabilitação do edificado da zona histórica e ao nível do investimento, porque conseguiu capitalizar mais de cerca de 150 milhões de euros de investimento, criando no setor de construção civil, muito afetado pela crise, cerca de 7 mil postos de trabalho.

Quase 50% das empresas da Área Metropolitana de Lisboa (AML), detendo a AML cerca de 30% das empresas do país, i. é, das cerca 253 mil empresas que empregam um milhão e duzentos mil trabalhadores com sede social nos 9 concelhos do distrito, cerca de 97 mil empresas estão sediadas no concelho de Lisboa, empregando mais de milhão e meio de trabalhadores. Verifica-se também que das cerca de 97 mil empresas não financeiras sediadas no concelho mais de 91 mil são micro empresas, sendo 3 800 pequenas empresas, 730 médias empresas e só cerca de 240 são grandes empresas

Principais desafios que se colocam à cidade, no contexto da economia e do trabalho

Antes de mais é necessário um conhecimento profundo da realidade da cidade para enquadrar as dinâmicas do imobiliário e do turismo e extrair delas o lado positivo, contrariando os seus efeitos mais perigosos, através de políticas públicas adequadas.

Existe uma necessidade de proceder a uma clara identificação das efetivas necessidades do mercado de emprego e das empresas que compõem o tecido empresarial da área de intervenção, ou seja, na cidade de Lisboa, e onde precisam de um apoio claro de todas as autarquias e das empresas da cidade, para que o serviço público de emprego ofereça uns serviços que potencie a ativação dos desempregados.

A política de habitação é uma questão central, pelo que se deverá fazer uma aposta social e, simultaneamente, económica através promoção e criação de emprego na área da reabilitação urbana. Recuperar e dinamizar o mercado do arrendamento, rever o sistema fiscal incidente sobre o património imobiliário, alterar o regime jurídico da Reabilitação Urbana e simultaneamente aproveitar esta oportunidade para dinamizar a atividade económica através das empresas portuguesas que se posicionam na fileira da construção.

Apostar uma rede de transportes desenvolvida e adequada às necessidades dos seus moradores e daqueles que eles se dirigem todos os dias por motivos de trabalho.

Apostar numa estratégia de valorização do turismo, potenciando todos os seus impactos positivos., ao mesmo tempo que se vão resolvendo os impactos negativos na cidade.

O papel do Município na Economia da cidade

O recurso mais escasso do desenvolvimento económico mundial é o talento, abrangendo diversas áreas desde a música e outras artes até à informática e à matemática, pelo que se impõe o aumento da exigência em toda e qualquer aprendizagem.

A economia de Lisboa depende em grande parte da contribuição da população residindo noutros concelhos, sendo o município do país onde o peso da população pendular é o mais elevado. Considerando que essa população tem vindo a utilizar cada vez mais o transporte individual, para que ocorra um aumento na qualidade de vida em Lisboa, é fundamental a melhoria das acessibilidades nomeadamente do sistema de transportes públicos, a expansão do metro a outros concelhos, de modo que todos os possam utilizar preferencialmente.

Um dos desafios que se coloca hoje é continuar a promover Lisboa como a cidade do conhecimento, uma cidade inovadora, com centros de excelência nas mais diversas áreas, que simultaneamente seja atractiva para o investimento estimulando as atitudes empreendedoras.

A CML, nomeadamente através da sua Direcção Municipal de Economia e Inovação está empenhada na dinamização de um conjunto de parcerias e projectos com o objectivo de gerar mais emprego, melhor emprego e mais empregabilidade para residentes, estudantes e mais oportunidades de investidores.

A criação de empresas que assentam a sua actividade nos sectores mais intensivos em conhecimento tem sido razoável, o que permite algum optimismo em perspectivar o futuro, por exemplo na abertura para outros sectores, tais como as indústrias criativas, a saúde, a residência urbana, a robótica e inteligência artificial.

A definição de uma estratégia para o desenvolvimento económico implica discussão e debate, e sobretudo um trabalho colaborativo entre instituições dentro da própria cidade, da estratégia da região e da Área Metropolitana, da qual é indissociável.

A aposta económica em Lisboa tem potenciado emprego qualificado, sendo imprescindível que se reforce a ligação às universidades, centros de investigação, formando uma rede de profissionais altamente qualificados e portadores de talento, pois o conhecimento é o suporte para a empregabilidade e para o trabalho com direitos.

Lisboa possui condições para se tornar uma cidade mais desenvolvida, moderna e diversificada, salvaguardando o respeito por um desenvolvimento sustentável e o ambiente, os ecossistemas e os recursos.

Uma economia sustentável para a cidade implica uma boa rede de transportes públicos e de qualidade, habitação, mais qualificação nos empregos e mais jovens na cidade.

Recomendações

Face ao exposto, apresentam-se as seguintes recomendações:

1. Recomendar que o Município procure em conjunto com o Governo promover o emprego jovem qualificado nas áreas do turismo e da reabilitação urbana, através de incentivos fiscais.
2. Recomendar à CML que crie um Grupo de Trabalho para acompanhar os constrangimentos colocados pelo crescimento do Turismo na cidade, procurando resolver de forma integrada e atempada os problemas que vão surgindo na cidade;
3. Na área dos transportes, recomendar que a CML desenvolva um modelo de gestão sustentável, adequado às necessidades dos munícipes, dos trabalhadores na cidade e ao elevado número de turistas.
4. Recomendar que seja dada adequada divulgação ao conteúdo deste debate como contributo para o prosseguimento do debate sobre a economia e o trabalho a nível do Município.

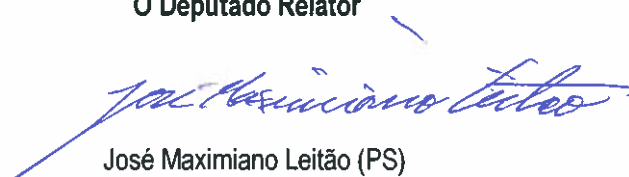
O presente relatório foi aprovado por Unanimidade.

Lisboa, 21 de Junho de 2017

O Presidente da 2ª Comissão

Carlos Silva Santos

O Deputado Relator



José Maximiano Leitão (PS)